

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.736 - MG (2019/0161598-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : THOMAS SIMÃO NARCI
ADVOGADO : GIULLIANO RODRIGUES DUARTE - MG155264
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por THOMAS SIMÃO NARCI contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.043164-3/000).

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau condenou o recorrente a 2 anos de reclusão e 6 meses de detenção, substituídas por prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária, como incurso nos arts. 14, da Lei n. 10.826/03 e 311, da Lei n. 9.503/97 (porte ilegal de arma de fogo e fuga em alta velocidade).

Não localizado para cumprir a prestação pecuniária, o Ministério Público requereu e a Vara de Execuções Criminais reconverteu a reprimenda em privativa de liberdade, inicialmente no regime aberto e em prisão domiciliar (fls. 102, 106 e 126).

Impetrado prévio *writ*, a ordem não foi conhecida em julgamento assim resumido:

EMENTA: HABEAS-CORPUS – EXECUÇÃO PENAL – SUBSTITUIÇÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITO POR PRIVATIVA DE LIBERDADE – ANÁLISE – VIA INADEQUADA – PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE – NÃO CONHECER A IMPETRAÇÃO. 1-Há que se atentar para o princípio da unirrecorribilidade vez que existe recurso mais amplo para o conhecimento da respectiva matéria. 2-Não conhecer a impetração (fl. 158).

No presente recurso, alega-se, em síntese, que, *por falta de comunicação e orientação em decorrência dos problemas de saúde enfrentados pelo douto Defensor Público e também por ingenuidade do apenado*, ele não compareceu em juízo, para comunicar a sua mudança de endereço (fl. 173).

Pleiteia-se o restabelecimento da sentença condenatória, nos termos em que fora proferida.

Sem pedido liminar, o Ministério Público Federal opinou pela concessão

da ordem, de ofício, nos termos da seguinte ementa:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. CONVERSÃO DE PENA RESTRITIVA EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA PRÉVIA. NÃO CONHECIMENTO DE HC PELA CORTE DE ORIGEM. INEXISTÊNCIA DE APRECIÇÃO DE EVENTUAL CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RETORNO DOS AUTOS À CORTE ESTADUAL.

1. Não é possível a apreciação de HC que veicule questões não apreciadas pela Corte de origem, por incidir em supressão de instância.

2. É tecnicamente correta a decisão proferida pela Corte Estadual que, nos moldes da orientação do STJ e do STF, deixa de conhecer de HC lá impetrado por ser substitutivo de recurso próprio, todavia, é indispensável que se afaste por completo a existência de flagrante constrangimento ilegal, sob pena de ofensa ao art. 5º, LXVIII, da CF.

3. Parecer pelo não conhecimento do recurso, mas pela concessão da ordem de ofício para determinar que a Corte de origem aprecie a existência de eventual constrangimento ilegal perpetrado em desfavor do recorrente (fl. 183).

É o relatório.

Decido.

Conforme relatado, o recorrente alega constrangimento ilegal em razão da reconversão das medidas restritivas de direitos em pena privativa de liberdade, após não ter sido localizado para cumprimento da sanção menos gravosa.

Confira-se os fundamentos do Juízo das Execuções:

Inicialmente, em que pese os argumentos apresentados pela Defesa (seq. 21.1), entendo que a justificativa não merece ser acolhida, sobretudo porque é dever do sentenciado manter seu endereço atualizado em juízo, razão pela qual mantenho a decisão de sequencial 18.1.

Não obstante, ante ao cumprimento do mandado de prisão e considerando que o reeducando cumpre sua pena em regime aberto, determino a imediata expedição do alvará de soltura clausulado.

Tendo em vista a ausência de Casa do Albergado nesta Comarca ou estabelecimento congênere apto a receber o preso no regime mais brando, defiro, EXCEPCIONALMENTE, a faculdade do cumprimento da pena em prisão domiciliar, uma vez estritamente observadas as seguintes condições:

[...]

Advirta-se o réu das sanções contidas no art. 118 da Lei

de Execução Penal:

[...]

Intime-se o sentenciado para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça na Secretaria do juízo para realização de cerimônia admonitória, para cumprimento da pena.

Por ocasião da cerimônia admonitória, caso o sentenciado informe que irá residir em município não abrangido por esta Comarca de Itajubá/MG, fica desde já autorizada a remessa dos autos para a Comarca em que o sentenciado irá cumprir pena.

Por fim, requisitem-se às Polícia Civil e Militar, bem como à Direção do Presídio de Itajubá, providências para fiscalização do cumprimento das condições acima impostas pelo reeducando, devendo ser comunicado o juízo caso ocorra qualquer incidente a fim de viabilizar a justificação da falta (fls. 126/127).

Quanto ao ponto, afirmou o Tribunal *a quo*:

[...]

Cuida-se de Ação de Habeas-Corpus impetrada por Thomas Simão Narci ao fundamento de que se encontra na iminência de ser preso pelo descumprimento em tese das penas restritivas de direito fixadas em seu desfavor.

Aduz que padece de constrangimento ilegal, ao argumento de que o impetrado converteu a pena restritiva de direito em privativa de liberdade sem a devida fundamentação, devendo tal decisão ser cassada.

Resume-se a questão à análise da possibilidade de cassação da decisão que converteu a pena restritiva de direito em privativa de liberdade.

A pretensão contudo não pode prosperar pela via estreita do remédio heroico já que o Habeas-Corpus não pode ser usado como sucedâneo de recurso próprio (fl. 160).

O descumprimento das penas restritivas de direito acarreta a sua conversão em pena privativa de liberdade, nos termos delineados no art. 44, § 4º, do Código Penal - CP, e art. 51, inc. I, c/c o art. 181, da Lei de Execução Penal – LEP, *in verbis*:

Art. 44. *As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:*

[...]

§ 4º *A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.*

Art. 51. Comete falta grave o condenado à pena restritiva de direitos que:

*I - descumprir, injustificadamente, a restrição imposta;
[...]*

Art. 181. A pena restritiva de direitos será convertida em privativa de liberdade nas hipóteses e na forma do artigo 45 e seus incisos do Código Penal.

Assim, mostra-se devida a conversão da pena restritiva de direito em privativa de liberdade, ante o insucesso da localização do apenado para o cumprimento da medida imposta.

A corroborar esse entendimento, confirmam-se os seguintes julgados, de ambas as Turmas que examinam matéria penal nesta Corte:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO PARA GARANTIA DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA SUBSTITUTIVA. INCABIMENTO. EVENTUAL DESCUMPRIMENTO QUE DÁ ENSEJO À RECONVERSÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. VALOR DO BEM ARRESTADO. DESPROPORCIONALIDADE.

1. As penas restritivas de direitos se convertem em penas privativas de liberdade, se ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta (art. 44, § 4º do CP).

2. A execução das penas restritivas, assim como de modo geral de todas as alternativas à prisão, demandam um mecanismo coercitivo, capaz de assegurar o seu cumprimento e este só pode ser a pena privativa de liberdade.

[...]

5. Recurso provido (REsp 1699665/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 15/08/2018).

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. ANÁLISE DA QUESTÃO DE FUNDO, PORÉM, PARA VERIFICAR SE HÁ ILEGALIDADE FLAGRANTE, ABUSO DE PODER OU TERATOLOGIA - IN CASU AUSENTES. CONVERSÃO DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. POSSIBILIDADE. ART. 44, § 4º, DO CÓDIGO PENAL. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS. NÃO PAGAMENTO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO. DECISÃO DEVIDAMENTE MOTIVADA.

[...]

2. Havendo descumprimento injustificado das condições impostas, no tocante à pena restritiva de direitos, o sentenciado perderá o

benefício que lhe foi concedido, regressando à reprimenda inicial, qual seja, privativa de liberdade, como se pode depreender do disposto no artigo 44, § 4º, primeira parte, do Código Penal.

3. Esta Corte já firmou o entendimento da possibilidade de conversão da pena restritiva de direitos, na modalidade de prestação pecuniária, em pena privativa de liberdade, nos termos do art. 44, § 4º, do Código Penal.

4. Na hipótese dos autos verifica-se que o apenado foi devidamente intimado a iniciar o cumprimento da pena e além de não ter efetuado o pagamento da prestação pecuniária, quedou-se silente, inclusive quanto à justificação pelo não cumprimento, demonstrando total descaso com os ditames da execução penal, motivo pelo qual a conversão em pena privativa de liberdade foi acertadamente realizada.

5. Habeas corpus não conhecido (HC 366.442/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 25/04/2017).

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. USO DE DOCUMENTO FALSO. DESCUMPRIMENTO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. TENTATIVAS DE INTIMAÇÃO FRUSTRADAS PELA NÃO LOCALIZAÇÃO DO APENADO. CONVERSÃO EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

01. "Ocorrido o descumprimento injustificado da prestação pecuniária, estando o paciente em local incerto e não sabido e tendo sido esgotados todos os meios disponíveis para a localização do acusado, mostra-se devida a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade" (HC 264.368/MG, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 12/02/2015; HC 221.673/RS, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 28/02/2012).

À luz desses precedentes e da premissa fática estabelecida no acórdão impugnado - de que "foram realizadas tentativas para a intimação do paciente para iniciar o cumprimento da pena alternativa imposta, todas frustradas" (fl. 78) -, não há se falar em ilegalidade ou abuso de poder na decisão que converteu a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.

02. Agravo desprovido AgRg no RHC 37.450/MG, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), QUINTA TURMA, DJe 30/09/2015).

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CONVERSÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. PACIENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO. MANIFESTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. A Lei de Execução Penal, em seu art. 181, § 1º, "a", determina que se convertam as penas restritivas de direito impostas em respectivas penas privativas de liberdade, com a notícia de que o condenado se encontra em local incerto e não sabido ou que desatenda

intimação por edital, como foi o caso dos autos.

2. Ocorrido o descumprimento injustificado da prestação pecuniária, estando o paciente em local incerto e não sabido e tendo sido esgotados todos os meios disponíveis para a localização do acusado, mostra-se devida a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.

3. Ordem não conhecida (HC 264.368/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 25/02/2015).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

